



Boletim do

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Agosto de 2012 – R\$ 3,00

Balanço do XLV Congresso do POR boliviano

O vigor programático do POR

Nesta edição:

- **Brasil: Conquistar a independência de classe do proletariado**
- **Argentina: Porque caracterizar o governo de Kirchner como pró-imperialista?**
- **Argentina: A tarefa: expropriar sem indenização toda a indústria hidrocarbonífera, desde as jazidas até as refinarias e a distribuição, sob controle operário coletivo**
- **Golpe de Estado no Paraguai: manifestos do Cerqui - Por um Tribunal Popular para punir os assassinos e entregar as terras aos camponeses**

A César Lora e Isaac Camacho

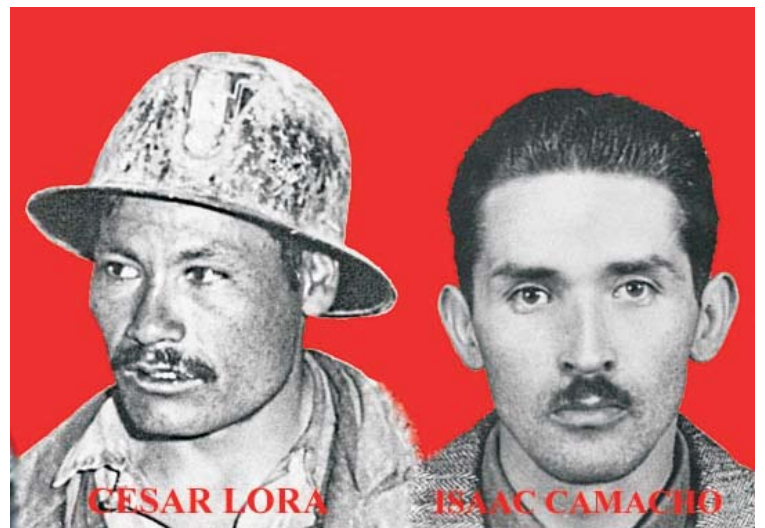
Dedicamos esse Boletim do Comitê de Enlace a César Lora e a Isaac Camacho.

Em 29 de julho de 1965, César Lora foi executado no vale de São Pedro (Bolívia), a mando do governo. O dirigente mineiro da Siglo XX tornou-se alvo da reação, juntamente com seu companheiro Isaac Camacho, por liderar o movimento do proletariado e militar no Partido Operário Revolucionário (POR). Em 29 de julho de 2012, completaram-se 47 anos de seu assassinato. Em julho de 1967, Isaac Camacho teve o mesmo destino de seu camarada.

Os mártires do POR vivem no programa do partido, na militância revolucionária e no proletariado.

Viva César Lora!

Viva Isaac Camacho!



Apresentação

Nos dias 7 e 8, ocorreu, em Cochabamba, o Congresso do Partido Operário Revolucionário (POR) da Bolívia. Apresentamos um breve balanço neste Boletim. No dia 8, o Comitê de Enlace se reuniu.

Os camaradas bolivianos propuseram que as demais seções fizessem suas considerações sobre o Congresso. Houve acordo de que o partido se mostrou coeso perante as principais caracterizações da situação pré-revolucionária pela qual atravessa a Bolívia. As diferenças foram pontuais.

Um dos aspectos mais ricos do debate foi sobre as mudanças que vêm ocorrendo no País com o desenvolvimento da classe operária fabril, ao lado do estratégico proletariado mineiro, e a expansão da agroindústria. Um outro diz respeito à tarefa do POR encarnar fisicamente a direção do proletariado e das massas oprimidas em geral. Os acertos de caracterização sobre o governo de Evo Morales, com os devidos reparos, exigidos pela situação concreta, como o do despertar das ilusões democráticas entre os camponeses e seu rápido esgotamento, constitui um valioso capital político do POR. Destaca-se, por isso, o fato do governo ter colocado os trotskistas como os seus verdadeiros inimigos de classe, e ter decidido combatê-los com todo o vigor. A segurança do partido passou a ser um ponto fundamental.

Está claro para a militância que a crise econômica e política se desenvolve com ritmo acelerado e que somente o marxismo-leninismo-trotskismo pode unificar os explorados sobre o programa da revolução e ditadura proletárias.

A divisão e o corporativismo, demonstrados nas inúmeras manifestações, se esgotam em si mesmos e não podem resolver a questão essencial do poder. O governo tende a se prostrar cada vez mais diante da grande propriedade e do imperialismo, enquanto os distintos setores dos explorados se chocam com o Estado a cada saída às ruas, aos bloqueios de estradas, ao aprisionamento de reféns, etc. Nesse sentido, foi sintomática a radical greve dos policiais.

O Congresso assinalou com precisão a tarefa do partido expressar o programa de transição da revolução boliviana.



Na Bolívia, as massas se chocam com o governo impostor de Evo Morales



Crise capitalista: empregos ameaçados. Responder com as bandeiras e métodos de luta do Programa de Transição

As dificuldades de organização do Comitê de Enlace prejudicam o trabalho destinado a quebrar o isolamento do POR e, portanto, do proletariado diante do movimento revolucionário mundial.

A reconstrução da IV Internacional é um objetivo histórico impostergável. A crise mundial de direção se manifesta com contundência perante a crise estrutural do capitalismo e diante da mudança no ânimo dos explorados em todas as partes.

A multitudinária luta de camponeses, indígenas, artesãos, assalariados e policiais na Bolívia faz parte do movimento mais geral das massas contra as nefastas consequências do capitalismo putrefato.

O Comitê de Enlace deve funcionar embrionariamente como um só partido – um embrião da reconstrução da IV internacional, do Partido Mundial da Revolução Socialista. Esse ponto deve condicionar a relação das seções no próximo período. Na reunião, também se decidiu organizar uma escola de quadros, constando de dois pontos: o internacionalismo e seus problemas práticos; a concepção marxista da educação e seus problemas práticos. Mesmo contando com as dificuldades financeiras, as seções deverão se esforçar por realizar a 2ª escola de quadros do Comitê de Enlace (a primeira se realizou em Buenos Aires, Argentina). O segundo ponto consistiu na elaboração da pauta do Boletim Internacional do Comitê de Enlace. Os informes das seções foram dados no Congresso, cabendo apenas transformá-los em teses políticas para o BI. A seção brasileira apresentou uma resolução sobre o assassinato de camponeses e o golpe de Estado no Paraguai. Esse acontecimento passou a fazer parte do Congresso, onde foi lida e aprovada a Resolução do Comitê de Enlace.

Como a militância revolucionária e os leitores em geral podem ver, as atividades do Congresso do POR foram ricas em discussões e formulações. Este BI contém os pontos resumidos nesta apresentação. Convocamos a militância a se concentrar no esforço de auxiliar o POR em seu objetivo de organizar as massas em torno do proletariado para derrotar o governo burguês de Evo Morales e conquistar o poder político. Convocamos a militância a trabalhar pela superação da crise de direção aplicando o Programa de Transição da IV Internacional.

Balanço do XLV Congresso do POR boliviano

O vigor programático do POR

Não poucos agoureiros anunciaram que depois da morte de G. Lora, o POR Boliviano tinha os dias contados, condenado a se extinguir em meio a rumos perdidos, disputas e crises internas, ao redor do gigante legado teórico deixado pelo camarada Patrício.

A discussão interna e as conclusões do recente XLV Congresso do POR são evidência de tudo ao contrário. Mostram um partido preocupado, minuciosamente, em aplicar o programa e o método marxista para precisar com a maior exatidão possível a compreensão das mudanças, avanços e retrocessos que se vem produzindo na dinâmica situação política de um país capitalista atrasado que vive as consequências de sua tardia incorporação à economia mundial e que forma parte dela, apesar de seu atraso.

Os militantes, em suas células e através delas, põem à prova a linha elaborada, corroboram em sua atividade de organizar e penetrar nas massas, a validade ou deficiência das políticas desenvolvidas, discutem os ajustes necessários e apontam conclusões que permitiram ao XLV Congresso aprovar importantes atualizações no programa do Partido. Submete-se à severa auto-crítica os erros cometidos para corrigi-los sobre a base de compreender sua raiz política.

O acerto do POR ao haver caracterizado o governo do MAS como um governo burguês se traduz hoje no fortalecimento político e organizativo do Partido, as massas que esgotaram sua experiência política sob o governo do Presidente “indígena” administrador circunstancial do Estado Burguês, a quem agregaram o qualificativo de “plurinacional”. Estado, que a demagogia MASista pretendeu apresentar como o mais democrático e incluído do mundo, construído sobre a base

do respeito a todas as formas de propriedade privada, que determinam a vigência e predomínio das relações capitalistas de produção e nessa medida, condenado a reproduzir e perpetuar as condições de atraso, miséria e opressão da maioria nacional.

Irremediavelmente, tal como em seu momento foi antecipado pelo Partido, o governo acabou chocando com as massas exploradas, que até ontem depositaram suas ilusões nele.

A realidade se encarregou de desnudar as falácias “teóricas” do subjetivismo indigenista pós-moderno dos ideólogos do MAS.

“O Partido, partindo sempre do programa em sua análise sobre a economia combinada, põe em evidência que o

comportamento das diversas formas de propriedade existentes no país não é precisamente recíproco, complementar e harmônico...”. A história do país está recheada do permanente enfrentamento entre todas essas formas de propriedade. A propriedade privada foi sendo afiançada sobre a base da destruição da propriedade comunal da terra, os pequenos proprietários viveram enfrentados e avassalados pelos grandes proprietários, etc. Essas contradições que se desenvolvem na base econômica do país constituem o fundamento material da luta de classes e suas peculiaridades.

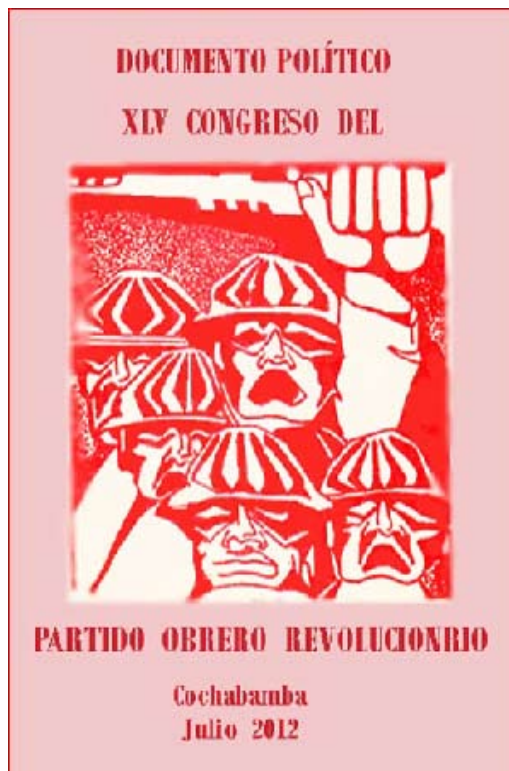
“Para os revolucionários, esteve sempre claro que essas ilusões teriam de desvanecer-se necessariamente ao chocar com a incapacidade do governo, respeitosa da grande propriedade privada burguesa, para atender a suas necessidades, processo que se deu mais rápido do que podíamos imaginar. A imagem de “governo do povo”, a falácia do

“processo de mudança” se desvanecem como por arte de magia e ingresamos em uma nova situação política que Lenin caracterizou como revolucionária.

Esta nova situação contrasta com a imediatamente anterior, quando as ilusões no “processo de mudança” de Evo se traduziram em massivo apoio e em contenção das demandas dos oprimidos. Agora, esfumaçadas estas ilusões, as massas desiludidas se separam da tutela do MAS e se rebelam contra o governo, ganham as ruas e as estradas, recorrendo à ação direta, cada vez com mais fúria para impor ao governo impostor suas demandas. Já nada esperam dele, se independizaram.”

No plano da situação mundial, o documento aprovado irá sublinhar a constatação de que: “....., a reação das massas oprimidas que se negam

a carregar o fardo da crise gerada pelo capital financeiro, adotou formas e métodos dos mais diversos, mas que tem em comum a mobilização e a ação direta das massas nas ruas; os fatos confirmam a apreciação do CERQUI em torno do desenvolvimento de uma nova etapa da luta de classes em nível mundial, o trágico é que os vislumbres de uma incorporação física e independente do proletariado nas convulsões sociais emergentes da crise não se desenvolvem, na maioria dos casos o proletariado está dissolvido no conglomerado das massas mobilizadas; os acontecimentos põem em evidência a dramática ausência de uma direção revolucionária capaz de afiançar a independência de classe do proletariado e conduzir as massas à derrocada do sistema capitalista em decomposição e sua substituição pelo socia-



4 Internacional

lismo. Ao não encontrar uma saída revolucionária, esses movimentos se esgotaram na impotência se é que não terminam capitalizados por correntes burguesas reformistas ou direitistas, disfarçados de supostos salvadores....”

Para concluir que:

“A tarefa impostergável de sepulturar definitivamente o cadáver putrefato do capitalismo só pode ser obra do proletariado revolucionário, organizado em partido mundial, com suas respectivas seções nacionais, capazes de liderar as massas oprimidas que se rebelam contra o sistema burguês decadente. Este partido programa, que se desenvolve no seio das massas proletárias e oprimidas em geral, que é capaz de conhecer a realidade que pretende transformar (programa), que é capaz de dar expressão política ao instinto comunista do proletariado, que se estrutura em células de quadros revolucionários, cujo eixo é o centralismo democrático, é, como se vê, radicalmente contrário às camadas de aventureiros e oportunistas que pululam pelo mundo. Na tarefa de pô-lo em pé se resumem os problemas fundamentais da revolução social em nossos dias. “

Não é nada casual que, precisamente, nos dias em que aconteceu o XLV Congresso do POR, o Ministro de Governo se tenha encarregado de “denunciar” o POR como o su-

A rebelião policial

A polícia e as forças armadas em toda sociedade classista são parte do aparato estatal, encarnam a força coercitiva do Estado para preservar a ordem social burguesa baseada na propriedade privada dos meios de produção. Na Bolívia a polícia (também as forças armadas), principalmente a tropa e os oficiais menos graduados recebem salários de fome. Suprem seus baixos salários mediante a extorsão, subornos e acharques.

A Polícia e as Forças Armadas são criaturas da classe dominante cuja incapacidade e fragilidade se reflete na sua incapacidade para sustentar um aparato repressivo de elite completamente fiel e disciplinada de acordo com o preceito de que esse tipo de instituição não delibera, apenas se limita a obedecer.

Os policiais e oficiais são parte do povo oprimido e, nessa medida suportam a pressão da luta de classes. A disciplina vertical frequentemente se quebra sob a pressão da luta de classes e das necessidades insatisfeitas dos seus membros.

Os revolucionários têm a obrigação de orientar os explorados e particularmente a classe operária no sentido de não apenas apoiar decididamente as demandas dos policiais, mas, de ganhá-los para a luta nacional contra a fome e a miséria.

A rebelião da polícia é uma expressão a mais da situação revolucionária que se desenvolve no país. A pressão da mobilização de massas atua sobre a disciplina da polícia e das forças armadas no sentido da anulá-las, única forma da tropa, suboficiais, e jovens oficiais se colocarem em favor da luta revolucionária do povo trabalhador.

O amotinamento policial, sua fusão com as lutas de rua

posto responsável pela convulsão social no país, culpado de tudo, desde o motim policial até a marcha pelo TIPNIS, do conflito da saúde, do magistério, das universidades, dos operários fabris radicalizados, etc. O fato, pelo contrário, dá uma medida de que as massas marcham ao encontro da política revolucionária que, julgam, interpreta seus interesses de emancipação.

O documento aprovado no Congresso conclui assinando:

“Seguindo Trotsky, diremos que nos encontramos diante de uma situação pré-revolucionária dentro do processo de desenvolvimento da situação revolucionária.

Está claro então que ao caracterizar a mudança política que se operou, o que aos revolucionários deve importar é assumir a tarefa de organizar politicamente o descontentamento popular sob a perspectiva da revolução proletária, só assim a situação revolucionária poderá derivar em revolução socialista.”

O XLV Congresso do POR dá uma medida do vigor programático do partido, de sua vigência como direção política da Revolução Boliviana. Os agoureiros podem continuar esperando sentados a “anunciada” crise desagregadora, o POR pisa e passa.



dos oprimidos aos quais geralmente reprimem é um sintoma que a revolução social se aproxima e de que a burguesia está prestes a ser derrotada e expulsa por caduca e incapaz. A revolução social não será possível se antes os explorados não ganharem a adesão da tropa e os oficiais jovens do aparato repressivo do Estado.

O processo revolucionário se apoia nesta decomposição do aparato repressivo para ganhar ideologicamente aos policiais e soldados, convencendo-os de que a solução de seus problemas consiste em mudar de lado, abrindo as unidades policiais e militares para que os trabalhadores se armem e concluam, no momento adequado a insurreição armada.

Como dizemos quando aconteceu o motim policial de 2003, a Polícia nunca mais voltará a ser a mesma, delibera, quebrou-se a cadeia de comando e recorre à ação direta para reivindicar seus direitos.

Brasil

Conquistar a independência de classe do proletariado



Operários da GM em manifestação na Rodovia Dutra em defesa dos empregos

O desenvolvimento da crise econômica comparece como o principal problema para a classe operária e demais explorados. O governo petista de Dilma Rousseff não pode ocultar que as tendências recessivas mundiais arrastam o Brasil para o precipício. A burguesia não tem outra solução senão sacrificar empregos e golpear as condições de existência da maioria oprimida. A burocracia sindical submeteu as organizações de massa ao governo e ao grande empresariado. As multinacionais que controlam os ramos fundamentais da economia vêm assinalando a inevitabilidade das demissões, caso a queda de crescimento continue a vigorar. Alguns setores já fecham postos de trabalho.

Os explorados deviam estar se preparando para resistir aos ataques generalizados do capital. No entanto, seus sindicatos vêm servindo de instrumentos de colaboração, sob a direção da burocracia cutista (PT) e forcionista (PDT). As frações da burguesia se movimentam para se proteger da recessão. O governo age sob pressão para atender às exigências das multinacionais. E a burocracia sindical acata os pleitos empresariais e mantém os assalariados submetidos às diretrizes burguesas.

Essas são as principais contradições da situação..

1. O ministério da Fazenda previa, no início de 2012, um crescimento de 4,5%. O otimismo não demorou muito. As previsões sombrias de instituições nacionais e internacionais vêm se confirmando. O mercado interno não mais absorve a produção acelerada. As exportações de

manufaturas, que já eram raquíticas, encolheram, embora o Real tenha se desvalorizado em 20% em relação ao dólar. E as de commodities (matérias-primas e produtos agroindustriais) não podem ser sustentadas devido à desaceleração na China, recessão na Europa e estagnação nos Estados Unidos. Assim, a balança comercial sofreu uma queda de 45%, em referência ao ano passado. De conjunto, tornou-se inevitável o acúmulo de excedente na indústria. A economia brasileira, assim, se escora na agroexportação e no setor terciário.

O governo foi obrigado a rever seus cálculos. Estima, agora, um crescimento de 2,5%. Há instituições que assinalam de 1% a 2%. Não resta dúvida que o ciclo de crescimento que abarcou os dois mandatos do governo Lula se encerrou com a eclosão da crise mundial, aberta nos Estados Unidos em 2008.

2. O termômetro da crise se encontra nos ramos industriais controlados pelo capital multinacional. O setor de autopeças demitiu 5,5 mil metalúrgicos somente nos últimos meses. A poderosa General Motors anunciou a demissão de 1500, na planta de São José dos Campos (SP). A Mercedes Benz de São Bernardo do Campo (SP) suspendeu mais de 1000 operários por vários meses. As montadoras, em geral, se utilizam das férias coletivas, banco de horas e programas de “demissões voluntárias” (PDVs). O ataque do grande capital aos empregos, salários e direitos trabalhistas está em pleno vigor. Justifica-se que



O ministro Mantega expressou a posição do governo Dilma, de defesa das multinacionais

a queda de 5,3% nos últimos doze meses obriga a uma reacomodação na capacidade produtiva.

As demissões em massa não tomaram conta da situação política do País, devido às concessões que o governo Dilma têm feito às multinacionais. Mas com a retração em 14 dos 27 ramos da indústria, já não se está contratando e indica o caminho de amplo fechamento de postos de trabalho.

A defesa do emprego comparece como ponto de partida do choque entre a política burguesa e a proletária diante da desintegração do capitalismo.

3. A intervenção do Estado conseguiu evitar uma queda mais abrupta e profunda do consumo e da produção. No entanto, suas medidas se mostraram limitadas e incapazes de conter as tendências recessivas, que são de ordem mundial. A gigantesca crise de superprodução atua por cima das fronteiras nacionais. Nenhum governo tem como desviá-la. Não por acaso, as tentativas de coordenação mundial (G-7, G-20, UEE, etc.) não fizeram senão interferir no ritmo do desenvolvimento da crise. O seu horizonte é o de ampla destruição de forças produtivas. No momento, a economia europeia está de frente a esse fenômeno. A China indica que não continuará como muro de arrimo da economia mundial. O Brasil se resente do estreitamento do mercado internacional e, particularmente, do chinês. O protecionismo ganha força. Os desencontros entre as burguesias vizinhas - argentina e a brasileira -, no Mercosul, são exemplificativos dos antagonismos.

As multinacionais ocultam seus interesses imperialistas, pressionando o governo a apoiá-las como se fosse em defesa da indústria nacional. As concessões fiscais e creditícias do último período somaram 102 bilhões de reais, correspondentes a um mês de arrecadação tributária. Dilapida-se dinheiro público e agrava-se a dívida interna em função da preservação dos lucros do grande capital. Não obstante, apenas se retarda a marcha da recessão.

4. A burocracia sindical atua em sintonia com o grande capital. Apregoa que a classe operária não tem uma política e um programa próprios para enfrentar a crise. Defende que os acordos entre exploradores e explorados, por meio dos sindicatos, são a via mais favorável para preservar os empregos e salários. Assim, os sindicalistas têm a tarefa de negociar com a direção das multinacionais a reordenação da produção. A “flexibilização” dos direitos trabalhistas é tomada como um campo aberto para os acordos.

Os sindicatos se apresentam como co-partícipes do planejamento capitalista. As negociações de cúpula dão a impressão de que os burocratas têm poder perante a burguesia. A greve é indesejada e último recurso. Cabe aos capitalistas, se querem que essas ocorram ou não. Se atuarem de forma unilateral, poderão enfrentar o descontentamento dos operários. Se negociarem as soluções, contarão com a compreensão dos burocratas, que tudo farão para convencer as bases de que a greve é negativa.

Os metalúrgicos perderam milhares de postos de trabalho com a chamada reestruturação produtiva, implantada desde a década de 90. O Sindicato Metalúrgico do ABC tomou a linha de frente dos acordos de flexibilização. O impulso da indústria automobilística nos últimos dez anos possibilitou à burocracia ludibriar os operários com a noção de desenvolvimento sustentável, promovido pelo governo Lula. O que já não é possível.

No momento, o argumento se centra na propaganda sobre as medidas de proteção da indústria nacional e sobre o papel dos acordos com as multinacionais para preservar os empregos. Os capitalistas aproveitam-se dos incentivos e alimentam a disposição da burocracia em colaborar. Não há, porém, nenhuma segurança de que a superprodução não continue a se agravar e as multinacionais não tenham de demitir em massa. Temerosos do que possa ocorrer, os metalúrgicos mantêm-se em posição de espera. O que é bom para os capitalistas e favorável à política de conciliação de classe da burocracia.

Trata-se de mostrar aos explorados os perigos do avanço da crise e a posição de traição das lideranças sindicais subservientes.

5. O governo está obrigado a sacrificar a vida dos explorados. Um dos aspectos do plano anticrise é o de “desonerar a folha de pagamento”. Abriu-se uma porta para eliminar conquistas. A redução da contribuição patronal para o INSS dos trabalhadores em vários setores da indústria será motivo de novos ataques aos direitos previdenciários. O salário mínimo foi perdendo espaço na política reformista de “distribuição de renda” do PT. Neste ano, o reajuste sofrerá um baque.

O funcionalismo começou a sentir o peso da diretriz anticrise do governo Dilma. A ordem dos ministros da Fazenda e do Planejamento é reduzir gastos com máquina pública. O corte orçamentário atinge vários setores, principalmente saúde e educação. Está aí por que

o governo enfrenta a longa greve nacional das universidades federais e agora a greve de vários setores do funcionalismo federal sem apresentar uma via para a burocracia desmontá-la. Qualquer concessão alimentará a disposição de greve em outras unidades do Estado, e terá de ser feita em detrimento das necessidades de subsídio das multinacionais e bancos em razão da crise econômica, conforme afirmou o próprio Ministro Mercadante. Há pouco, o governo teve de sufocar a greve da polícia nos estados da Bahia e Rio de Janeiro, que caminhava para os demais estados da federação. A dura repressão aos estudantes da Federal de Guarulhos (SP), com invasão do campus e prisão da vanguarda combativa, evidenciou a inflexibilidade de Dilma perante as reivindicações.

As greves operárias nas obras do PAC foram as que mais indicaram as dificuldades do governo petista. Para proteger as empreiteiras, golpeou os grevistas em Jirau, Santo Antonio e Belo Monte usando a Força Nacional de Segurança.

Esses acontecimentos da luta de classes são apenas sintomas da tendência do governo petista de se chocar com as massas.

6. O movimento camponês regrediu sob o governo Lula e se encontra enfraquecido. O aquecimento econômico do período 2003-2008 abriu emprego na agroindústria. O que facilitou a desmobilização dos camponeses sem-terra. O fundamental, porém, está no fato do movimento ter se limitado a pressionar o governo para comprar terras e promover os assentamentos.

Esse reformismo mesquinho se vincula a uma ordem superior estratégica. O movimento camponês não se organiza em torno do programa da revolução agrária, que exige a convergência das massas camponesas com o proletariado. A propriedade latifundiária e a agroindustrial submetem milhões de pequenas propriedades camponesas. Não há como romper esse domínio estrutural sem que o proletariado convença os camponeses da necessidade de uma aliança de classes revolucionária.

Como fazê-lo, se a classe operária não tem o seu partido, conserva a dispersão e o atraso político e os camponeses se encontram condicionados pelo reformismo pequeno-burguês?

O PT e seu governo se aproveitam dessa contradição histórica para manter a dependência dos explorados urbanos e dos oprimidos do campo à política burguesa. A questão está em saber o quanto a crise atingirá a agroindústria e derrubará a produção agrícola. Essa incógnita deverá ser esclarecida em curto prazo. Sob o impacto de quebras, os camponeses terão de retomar a ofensiva da luta de classes.

A perspectiva é das classes exploradas e oprimidas se

colocarem no terreno comum da luta pelas reivindicações vitais e agrárias.

Para combater essas tendências, o Estado encabeça uma ofensiva repressiva aos movimentos. A ação policial, a aplicação da lei anti-greve, os processos e demissões políticos, os assassinatos de lideranças no campo, tudo isso expressa a ofensiva repressiva que se despeja sobre os movimentos sociais que se levantam. A repressão é usada para abrir o caminho para as medidas de despejo das consequências da crise sobre as massas. A luta pelas reivindicações está ligada ao combate à repressão.

7. As reivindicações transitórias emergem das condições de desmoronamento do capitalismo. O atraso do proletariado em assumir a direção do movimento social não deve ser confundido com a inexistência de uma política e programa proletários, como advoga a burocracia sindical.

O Programa de Transição da IV Internacional não só mantém sua vigência, como se mostra indispensável para organizar as massas na situação de crise estrutural



Julgamento do Mensalão no STF: disputa interburguesa, PT no banco dos réus

do capitalismo. Parte das necessidades mais elementares dos explorados para que avancem contra a propriedade privada dos meios de produção e o Estado burguês, baseados na experiência e na unidade da maioria nacional oprimida.

Diante das demissões que se avizinhavam e do crescimento do desemprego, reivindicações como estabilidade no emprego se combinam com a defesa da escala móvel das horas de trabalho e controle operário

da produção. Diante da superexploração e pobreza da maioria, trata-se de lutar pelo salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste.

A emancipação dos sindicatos do controle da burocracia e a superação da fragmentação do movimento operário por uma dezena de Centrais é parte da luta pelas reivindicações transitórias. Não há possibilidade da classe operária se unir em torno de suas reivindicações se não passar por cima dos aparatos burocráticos estatizados. Os sindicatos terão de ser recuperados e transformados em órgãos da democracia revolucionária.

A bandeira da independência da classe operária perante a burguesia e seu Estado se expressa no enfrentamento com a burocracia, as correntes reformistas, estalinistas e centristas. Certamente, sem confundi-las. No momento, o obstáculo mais poderoso se concentra na burocracia da CUT e da Força Sindical. Os operários – especialmente sua vanguarda reunida nos metalúrgicos e concentrada nas grandes fábricas – avançarão no caminho da independência vivenciando as traições de suas direções.

É decisivo fortalecer o trabalho de penetração do programa de transição no seio da classe operária e construir o partido marxista-leninista-trotskista.

Porque caracterizar o governo de Kirchner como pró-imperialista?

É muito importante definir o caráter de classe do governo e, este caráter se determina pelo seu posicionamento perante a propriedade privada dos meios de produção. É muito importante, pois muitas correntes caracterizam o governo como *popular, de maioria, nacionalista, de todos* sem definir a que classe representa, a que classe defende. O próprio governo se auto-define como defensor do regime capitalista, interessado em desenvolver seriamente uma burguesia e lhe agrada que os empresários ganhem muito dinheiro e até que a *recolham com pás* como disse a presidente.

Todos os governos burgueses tem em comum a defesa do regime da propriedade privada, mas, não podemos afirmar que sejam todos iguais. Não é a mesma coisa o governo de Alfonsín que o governo de La Rúa, nem são o mesmo os de Menem e o de Kirchner, ainda que os dois primeiros fossem radicais e os últimos peronistas. Porém, o fato fundamental que determina uma mudança na política burguesa foi a violenta irrupção das massas em 2001/2002. Como já dissemos anteriormente, boa parte da política kirchnerista foi antecipada por Rodríguez Saa na sua fugaz passagem pela presidência, no final de 2001, falando na CGT, recebendo as organizações piqueteiras e de direitos humanos e declarando o default¹ da dívida externa.

A burguesia nacional tem atritos, às vezes superficiais outras vezes agudas com o imperialismo, na disputa pela apropriação da mais-valia. Argentina é uma semicolônia do imperialismo, um país oprimido, submetido. Por isso é necessário definir que relação tem com o imperialismo, com o capital financeiro.

Como se expressa a dominação imperialista? Fundamentalmente pela presença de multinacionais controlando as principais rubricas da economia nacional, dominando o comércio exterior. Bilhões de dólares continuam pagando-se à banca internacional a título de juros a cada ano. Ao FML, responsável pelo endividamento do país e de promover todas as políticas de ajuste pagou-se até o último centavo de uma dívida fraudulenta de 10 bilhões de dólares.

A ocupação das Malvinas por parte da ditadura militar expressou um nível de choque com o imperialismo, assim como a declaração de default da dívida externa argentina por parte de Rodríguez Saa com apoio do Congresso – o maior default da história até aquele momento. A recente expropriação com pagamento de 51% das ações da REPSOL em YPF é uma medida que afeta a um setor do imperialismo, concretamente a REPSOL e os grupos financeiros que estão por detrás dele. Mas, permite a associação de YPF com outros setores multinacionais para exploração do petróleo. Foi um choque também a anulação dos contratos de águas, IBM e com a SIEMMENS diante de escandalosas vio-



lações dos contratos e casos de corrupções extraordinárias. Estes casos são medidas isoladas ou são parte de uma política burguesa de recuperação da soberania nacional? Nem a ocupação das Malvinas, nem a declaração de default, nem o resgate mediante pagamento das ações de YPF permitem afirmar que os governos que protagonizaram estes episódios sejam nacionalistas ou que estejam rompendo com o imperialismo.

Que medidas concretas tomou o governo nacional contra a dominação imperialista sobre a nação? Medidas elementares de soberania como estabelecer a nacionalização dos bancos e o comércio exterior no foram aplicados. Tampouco se reverteu o processo de privatização e entregas dos anos 1990. O governo tem uma política de convivência com os grandes grupos econômicos. Quando aconteceu a greve com ocupação da empresa multinacional KRAFT mandou a polícia e a gendarmería, processou os lutadores e os denunciaram. Fez a mesma coisa para defender os interesses petroleiros das multinacionais militarizando as zonas mais radicalizadas. Para a burguesia e seu governo o inimigo a derrotar são os trabalhadores para defender a política da patronal imperialista. A repressão aos lutadores contra a megaminería multinacional tem o mesmo sentido.

O governo continua respeitando os tribunais internacionais do CIADI (que depende do Banco Mundial) para resolver os conflitos com as empresas multinacionais, por cima da legislação nacional. Não são todos os países que aderiram a estes tribunais. Brasil nunca o integrou. Bolívia, Equador e Venezuela renunciaram. Argentina aderiu em

1 Declaração de insolvência do devedor, decretada pelos credores quando as dívidas não são pagas nos prazos estabelecidos.

1999, dois meses depois que Domingo Cavallo assumira como ministro de Menem. No CIADI não se permitem recursos às suas decisões e quem denuncia são sempre empresas contra os estados.

O apoio aos Estados Unidos contra o Irã é um escândalo, somando-se aos argumentos que utilizam as potências para continuar preparando as condições de um ataque. Utilizam o caso do atentado contra a AMIA para culpar ao governo do Irã, quando a única coisa demonstrada é que todo o processo judicial foi uma manobra fraudulenta para orientar as acusações nesse sentido.

A Lei Antiterrorista foi impulsionada pelo governo por recomendação dos organismos do imperialismo (GAFI e G20). Em nome de combater a lavagem de dinheiro e o terrorismo se dirige contra os que saem a lutar.

O governo mantém a presença de forças militares no Haiti para garantir a “paz”, quer dizer, para impedir que uma rebelião popular varra com todo o regime. As forças militares ocupam o papel que os Estados Unidos não poderiam cumprir diretamente.

Os negócios mineiros, abertamente respaldados e impulsionados pelo kirchnerismo, se apoiam numa legislação antinacional que concede benefícios extraordinários às mineradoras. Desse modo as mineradoras configuram um estado supranacional sobre a cordilheira, com suas próprias regras. É uma das entregas mais aleivasas da soberania nacional.

A exploração petroleira continua dominada pelas multinacionais. O governo Kirchner validou todos os balanços da YPF até 2011, avalizando a política de esvaziamento implementada pela REPSOL. A empresa agora controlada pelo Estado nacional e pelas províncias se orienta a conseguir novos acordos com multinacionais. Não há uma política de recuperar a soberania sobre toda a produção petroleira, o que só será possível nacionalizando-a sem indenização.

As multinacionais mais poderosas instaladas no país estão manchadas de sangue pela repressão aos seus trabalhadores e pelo apoio aos golpes militares. A presidente quan-

do visita a planta da Ford e elogia à empresa não denuncia que ali funcionou um centro de detenção, que operários dessa fábrica foram presos e desaparecidos. As multinacionais tiveram uma grande participação em todos os golpes militares na Argentina, entretanto, continuam intocáveis.

Que medidas deveriam ter sido adotadas pelo governo em defesa da soberania nacional para ser considerada com nacionalista?

- Desconhecer toda a dívida externa, investigar toda a dívida paga, estatizar os bancos.
- Anular as privatizações. Expulsar o imperialismo de todos os ramos vitais da economia.
- Impor o monopólio estatal do comércio exterior, concentrando o manejo de todas as divisas, expulsando dessa atividade um punhado de multinacionais.
- Renunciar ao CIADI
- Romper todos os acordos militares e diplomáticos com o imperialismo. Rechaçar a instalação de uma base militar no Chaco.
- Promover a investigação e castigo às empresas e executivos de multinacionais que, como a FORD e Mercedes Benz ordenaram a repressão contra os trabalhadores de suas fábricas.

O governo e seus simpatizantes apresentam medidas isoladas, limitadas, superficiais e desesperadas diante da crise internacional como sendo uma defesa da soberania nacional para promover as ilusões e apresentar-se como única alternativa política para as maiorias. Temos a obrigação de demonstrar pacientemente a natureza de cada medida para ajudar a amadurecer a ruptura com esta política desde uma perspectiva proletária.

Somente a classe operária é conseqüentemente anti-imperialista e capaz de resolver as tarefas democráticas e nacionais que a burguesia não resolveu nem poderá. A burguesia é uma classe antinacional, entrelaçada ao capital financeiro internacional, ainda que algumas vezes possa ter atritos ou choques com algum setor.

Traduzido do Jornal MASAS (Argentina) nº 261

Argentina

O governo argentino assumiu 51% das ações da YPF e declara seu objetivo de associar-se com outras multinacionais

A tarefa: expropriar sem indenização toda a indústria hidrocarbonífera, desde as jazidas até as refinarias e a distribuição, sob controle operário coletivo

A medida do Governo Kirchner, de expropriar com indenização 51% das ações da YPF das mãos da Repsol, é uma medida desesperada, produto do desastre privatista

e também da chamada “argentinização” posta em marcha por Néstor Kirchner, que levaram à perda da autosuficiência energética, ao forte aumento das importações de com-

bustíveis que gerou uma saída extraordinária de divisas em 2011, situação que se agravou este ano.

YPF foi privatizada completamente em 1999 por Menem com o apoio de Néstor Kirchner. O Processo de privatização havia começado em 1992, transformando a YPF em uma sociedade de ações, reestruturando-a para facilitar sua privatização parcial. Ao mesmo tempo, o governo nacional transferiu às províncias o domínio público das jazidas.

A medida do governo de Cristina Kirchner de tomar a maioria das ações da YPF foi um choque com a multinacional Repsol, que se expandiu internacionalmente a partir da compra da YPF (Alaska, Brasil, Golfo do México, Caribe, Argélia, Líbia). No momento da *expropriação* estava negociando com empresas chinesas a entrega das ricas jazidas de Vaca Morta. O governo espanhol, seguido pela Comunidade Europeia, anunciaram sanções contra Argentina; EUA e México se solidarizaram com a Espanha, que se colocava como vítima do *populismo* argentino.

YPF era uma empresa de origem estatal fundada em 1922. A empresa, da mesma forma que aconteceu com outras privatizadas, como Aerolíneas Argentinas, foi esvaziada. Repsol levou todas as instalações da empresa ao ponto de recuperar praticamente o preço de compra da petroleira (15.000 milhões de dólares). Sua política se baseou em investimento mínimo em exploração de novos poços de petróleo e gás e exprimir os que já estavam operando.

As enormes instalações da YPF se basearam no custo do barril de petróleo, os elevados preços internos e internacionais, subsídios do governo e superexploração operária. A atividade petroleira é uma das mais regimentadas, com condições de trabalho de repressão total, com contratos flexibilizados, introduzindo convênios como UOCRA – construção - em tarefas que são parte do convênio petroleiro - com remunerações muito mais elevadas. A quantidade de trabalhadores de YPF passou de 23.300 em 1991 para 5.700 em 1995.

O Governo Kirchner aprovou todos os balanços da YPF até o ano passado por meio de seu representante na direção da empresa. Conhecia em detalhes o procedimento de esvaziamento da parte da Repsol. Foi cúmplice dessa política. Só os dividendos do último ano por 1.200 milhões não foram autorizados a remeter ao exterior. Em abril de 2011, há apenas um ano, o governo nacional e os provinciais estenderam as licenças que venciam em 2017 por 10 anos mais e concederam novas áreas à petroleira.

Em 2008, Kirchner havia posto em marcha o que denominava “argentinarizar” a empresa, metendo como acionistas na direção da YPF o grupo Eskenazi, sem por dinheiro, tomando dívidas inclusive com Repsol, para comprar 15% das ações (com opção para outros 10%), sobre a base de garantir-lhes a máxima distribuição de instalações, ou seja, legalizar o esvaziamento que o Governo denuncia agora.

A grande maioria da população recebeu a mencionada “nacionalização” com simpatia, como uma recuperação do patrimônio nacional, como o quis apresentar o governo. Uma ampla maioria dos legisladores votou a lei de expro-

priação, incluindo os maiores partidos da oposição burguesa, os que há 13 anos votavam a entrega da YPF. Os simpatizantes do governo que hoje se apresentam embandeirados com a soberania e a recuperação do petróleo ocultam que durante 8 anos o governo atuou como sócio de Repsol facilitando-lhe o saque.

Com toda a exploração, extração, distribuição em mãos das multinacionais, estas tomaram o Estado pelas calças e exerceram uma política de extorsão para impor 1) contínuos aumentos dos preços internos até alcançar praticamente os níveis internacionais; 2) menores retenções às exportações de óleo cru; 3) serem eles mesmos quem importou combustíveis faltantes para abastecer a demanda do mercado interno; 4) uma política de subsídios para promover uma maior produção.

Com estas políticas, a exploração, a produção, e as reservas, foram caindo dramaticamente, obrigando o governo a importar cada vez mais, consumindo boa parte das divisas que gera o comércio exterior. Em 12 anos, a participação da YPF no mercado interno passou de 50% para 34%.

A crise não só foi gerada pela Repsol, dona majoritária da YPF – a maior empresa do país – mas por todas as petroleiras, que atuaram da mesma forma.

Esta “nacionalização” com indenização da atividade petroleira é parcial. É só na YPF, e se toma 51% das ações da sociedade anônima. A Repsol já processou o governo nos tribunais internacionais exigindo uma vultosa compensação. O governo argentino ainda mantém sua adesão ao tribunal internacional do capital financeiro Ciadi, onde Repsol reclama o pagamento ds ações (o governo resigna assim soberania, permitindo que este conflito não se resolva nos tribunais argentinos). A multinacional que pretende bilhões pelas ações deveria afrontar antes todos os juízos pelos desastres ecológicos que deixou (e que o kirchnerismo acaba de denunciar publicamente). Também deixaram uma dívida financeira de 9 bilhões de dólares que deve ser desconhecida. Todo esse dinheiro utilizou para a fuga de divisas, não para investimento produtivo, (se a Repsol não tivesse distribuído a totalidade dos lucros, não teria precisado tomar esses empréstimos). O governo de Kirchner pagará pela nacionalização de 51% das ações, pagará a dívida externa contraída pela YPF, e se associará com outras multinacionais para explorar o petróleo, devemos denunciar toda sua demagogia nacionalista e mentirosa.

Agora a condução da empresa está em mãos de funcionários designados pelo governo nacional. Serão incorporados na direção representantes das províncias petroleiras, que terão a metade das ações do Estado, e um representante da burocracia sindical do petróleo. 49% das ações fica em mãos privadas. Uma parte em mãos da Repsol, outra do grupo Eskenazi, outra em mãos de acionistas individuais, e outra em mãos do mexicano Carlos Slim, que ficou com parte das ações que garantiam empréstimos a Eskenazi (sócio majoritário do Banco de Santa Cruz).

Desde o princípio o governo deixou claro que busca sócios internacionais, quer dizer multinacionais, como Che-

vron, Exxon, Total, etc. para investir na YPF e compartilhar a exploração de jazidas de shale oil – petróleo convencional – como Vaca Morta. YPF foi descapitalizada porque a totalidade de suas instalações foi transferida ao exterior, deixando-a sem recursos financeiros. Mas é falso que a atividade petroleira só pode desenvolver-se sobre a base de investimentos estrangeiros. A YPF foi colocada em pé pelo Estado nacional, foi a primeira petroleira estatal, com muito menos recursos que os que se dispõe hoje. O que não há da parte do governo é vontade política de se chocar com o imperialismo. Não há vontade da burguesia de estatizar, e quando o faz é porque não tem mais remédio. Por isso a Presidenta se encarregou de assinalar que buscariam sócios internacionais (e ficou previsto no texto da Ley, – art. 2º e art. 17º) e buscou para dirigir a empresa um diretor de uma multinacional (a petroleira Schlumberger).

Os acordos com as multinacionais se darão sob as condições destas, que buscam garantir preços internacionais, elevada rentabilidade, segurança jurídica, provisão de equipamentos e tecnologia sob seu controle, etc. Bem distante da autoproclamada soberania nacional e recuperação patrimonial. A convivência da empresa sob controle estatal e as multinacionais será sob o domínio destas últimas. Têm interesse em gerar excedentes de produção que se possam exportar a preço internacional para multiplicar seus lucros, contribuindo para elevar exportações e gerar divisas para o país. O pretendido controle à atividade petroleira da parte do governo fracassará como fracassou no passado. Só a classe operária, coletivamente, pode exercer um verdadeiro controle.

A nova condução da YPF conseguiu incrementar a produção e refinamento ainda que com sua escassez de recursos e está saindo da crise de estoque mínimo, pela queda da demanda interna devido ao freio da economia. Mas a YPF corre o perigo, como já ocorreu no passado, que grupos de empresários nacionais se transformem em seus subcontratistas, atuando de forma totalmente parasitária, com contratos leoninos, absorvendo parte de seus recursos e também que lhe coloquem uma quantidade de funcionários rentados sem atividade produtiva na empresa.

O preço dos combustíveis não se reduziu, sendo um componente fundamental da elevada inflação que sofremos. Tampouco se dá por finalizada a flexibilização laboral. As petroleiras multinacionais continuarão aproveitando os esforços de exploração e também da formação de profissionais na área, absorvendo-os com o menor esforço.

Só a classe operária tem uma política de defesa da soberania nacional, anti-imperialista, que coloca que toda a exploração energética, desde as jazidas e refinarias até a distribuição deve ser expropriada sem indenização. É uma atividade vital, estratégica para a economia e não pode ficar em mãos de transnacionais. Claro que esta política não vai ser imposta por meio de solicitações, documentos, denúncias e leis - que são bem vindas -, só poderá ser imposta por meio da ação direta de massas, ocupando os poços, as refinarias, os dutos, etc. A classe operária tem um plano



para reorganizar a economia sobre outras bases, limitando fortemente a dependência do petróleo, impulsionando o desenvolvimento de outras fontes de geração de energia e privilegiando o transporte ferroviário, o transporte coletivo por cima do transporte individual, cuidando de resguardar ao máximo possível a ecologia das zonas de exploração e seguramente incrementar as reservas antes de exportar o recurso. Esta política se opõe totalmente à política do imperialismo aplicada por todos os governos burgueses.

A esquerda centrista que pode chegar a mencionar a tarefa de expropriar sem indenização omite assinalar que esta tarefa só pode ser imposta à burguesia por ação direta de massas, em primeiro lugar dos próprios operários do petróleo, e nunca por meio de leis.

Só a classe operária enfrenta conseqüentemente as multinacionais. Em Cerro Dragão, uma das jazidas mais importantes do país, que produz mais de 20% do óleo cru, está instalada a multinacional PAE (Pan American Energy), propriedade de Bulgheroni, British Petroleum e a chinesa Cnooc. A esta petroleira lhe estenderam as licenças de exploração até 2027 com opção até 2047. Quem fez esta concessão? O governo de Kirchner, associado com o ex-governador Das Neves e o atual governador Buzzi. Na jazida Os Dragões, os valentes operários petroleiros, sob convênio da construção algumas vezes paralisam os poços, armam piquetes, e enfrentam à poderosa patronal que conta com sua polícia privada e a provincial e às vezes até o exército.

Em As Heras, a poucos quilômetros, as contínuas lutas operárias dos petroleiros tiveram como resposta da parte do governo a militarização completa da zona, o qual não duvida em aliar-se com as multinacionais contra os trabalhadores.

Nessa resistência radical dos operários reside a verdadeira e única resposta coerente frente às empresas que superexploram, saqueiam nossas riquezas, contaminam regiões inteiras, para depois deixar um deserto. Eles expressam em seu instinto a rebelião das forças produtivas aprisionadas pela grande propriedade privada em mãos das transnacionais.

Golpe de Estado no Paraguai

Por um Tribunal Popular para punir os assassinos e entregar as terras aos camponeses



A decisão do Parlamento de destituir o Presidente da República, Fernando Lugo, no dia 22 de junho, obscureceu o assassinato de 11 camponeses.

Em 15 de junho, a polícia atacou os sem-terra que ocupavam uma fazenda do latifundiário e ex-senador Blas Riquelme. Desta vez, os camponeses não se submeteram à força militar e resistiram. Em legítima autodefesa, deixaram um saldo de 6 mortos entre os agentes da repressão.

Segundo as autoridades, a resistência armada se deveu ao Exército do Povo Paraguaio (EPP). A Liga Nacional dos Carperos colocou em dúvida que os sem-terra tivessem capacidade militar para impor tamanha baixa na Polícia Nacional. O líder José Rodríguez suspeita que o “confronto pode ter sido provocado pela polícia”. É sintomático que os jornalistas fossem impedidos de ter acesso ao conflito e poderem se informar sobre as condições em que ocorreram as mortes. Somente um Tribunal Popular poderá investigar os acontecimentos que resultaram na morte de 11 camponeses e 80 feridos.

O ponto de partida da investigação se encontra na tremenda opressão sofrida pelos pobres do campo, que suportam o peso da gigantesca concentração fundiária. A burguesia paraguaia, sua fração oligárquica e seu

Estado são responsáveis pelo derramamento de sangue dos camponeses que não faziam senão lutar pela expropriação das terras e colocá-las sob seu controle coletivo.

A resistência camponesa é parte da luta de classes contra o poderio latifundiário, emanado da grande propriedade dos meios de produção e do Estado. As terras ocupadas em Colônia Ybyrá Pytá, no departamento de Canindeyú, constituíam uma área de conflito há dois anos. Os camponeses exigiam que o governo de Fernando Lugo cumprisse sua promessa de reforma agrária, bandeira essa que serviu para arregimentar votos no campo nas eleições de 2008 e levar ao poder a coalizão da esquerda burguesa Aliança Patriótica para a Mudança (APC).

A população oprimida pela oligarquia latifundiária alimentou a ilusão de que com a derrocada do velho Partido Colorado abrir-se-iam novas condições econômicas e políticas favoráveis aos explorados. As massas esperançosas não poderiam imaginar que seria sob o governo reformista de Lugo que ocorreria uma violenta repressão aos sem-terra e a mortandade em Canindeyú.

A mudança de força política no Estado, depois de um longo período de ditadura, constituída pelo general Alfredo Stroessner e exercida pelo Partido Colorado, se deu no

seio da política burguesa. Evidenciou que não era possível se desfazer do velho poderio latifundiário pela via eleitoral. As instituições reacionárias de Stroessner não foram desmanteladas e o Partido Colorado continuou a ditar o curso dos acontecimentos no País.

Lugo chegou ao poder em uma situação de profunda desintegração da hegemonia do Partido Colorado, que detinha o poder há 61 anos. A queda do general Stroessner, em fevereiro de 1989, por meio de um golpe militar, abriu um período de instabilidade política. O assassinato do vice-presidente, Luis Maria Argaña, em março de 1999, expôs ao País a disputa gangsteril entre lideranças da política burguesa. Nesta crise, as massas foram às ruas exigindo a queda do governo Raúl Cubas. O que resultou em mortes de manifestantes. O general golpista Lino Oviedo e Raúl Cubas foram responsabilizados pelos crimes. Depois de um breve período de detenção, os facínoras voltaram a influenciar o processo político do País.

Contra esses mafiosos da política burguesa, a figura do padre Fernando Lugo, vinculado à teoria da Libertação, ganhou força entre os explorados e se elevou ao poder do Estado. Derrotou a candidatura colorada de Blanca Ovelar e do general Oviedo, que se candidatou pela União Nacional de Cidadãos Éticos (UNACE), partido esse surgido das entranhas do velho Colorado. No entanto, o governo Lugo imediatamente se adaptou ao poder burguês, o que significou submeter-se ao velho poder dos colorados.

Essa experiência demonstra que o reordenamento de forças no seio da política burguesa em crise, em que a democracia eleitoral permitiu a ascensão de um partido não identificado com a reação conservadora, como foi o caso de Lugo, não faz senão proteger o poder burguês da ofensiva das massas que podem avançar para a via revolucionária. Nota-se que o reformismo comparece como uma solução para a desintegração dos velhos partidos, que se acham desmoralizados perante a maioria explorada. Solução essa que é de desviar o curso do choque das massas contra o Estado.

O reformismo, que se coloca como uma via de atendimento das aspirações dos explorados e de solução de tarefas democráticas do País atrasado e semicolonial, se revela impotente perante as leis econômicas do capitalismo decadente e diante da burguesia interna e do imperialismo. É o que aconteceu com o governo de Fernando Lugo que não foi capaz de concretizar a bandeira de reforma agrária, que se mostrou servil ao poder militar, que se submeteu ao predomínio dos colorados no Parlamento e que por fim foi afastado da Presidência por meio de um golpe do Congresso.

Em 36 horas, os parlamentares aprovaram o impeachment. A base de sustentação de Lugo, “Aliança Patriótica para a Mudança”, liderada pelo vice-presidente Federico Franco do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) se uniu quase que integralmente aos colorados para destituir o Presidente. Não houve uma mínima resistência congress-

sual ao golpe. O Parlamento como um todo expressou o domínio oligárquico latifundiário. E o presidente deposto não contou com um levante popular, a não ser uma ligeira manifestação dos seus partidários em frente ao Congresso Nacional.

Faltando nove meses para encerrar o mandato, Lugo já não governava. A matança de 11 sem-terras no departamento de Canindeyú foi tão somente um pretexto a mais para os parlamentares cassarem seu mandato.

O movimento camponês ganhou força sob o governo de Lugo. O embate contra os grandes produtores de soja brasileiros, que detêm grandes áreas no Paraguai, indicou a profundidade da crise política. O movimento sem-terra esteve a um passo de se confrontar com a repressão e com o próprio governo que lhes prometeu a reforma agrária, mas que se mostrou submisso às pressões dos latifundiários e do governo brasileiro. O recuo provisório aliviou o conflito entre camponeses e brasiguaios. A ocupação da Colônia Ybyrá Pytá, porém, não teve a mesma sorte.

O fato de Lugo ter exonerado o ministro do Interior, Carlos Filizzola, e o chefe da Polícia Nacional, Paulino Rojas, demonstrou que a sangrenta operação não contou diretamente com a anuência do Presidente da República. Lugo foi buscar um novo ministro no Partido Colorado, Rubén Candia. Por sua vez, o novo chefe da Polícia esteve preso em 2002, sob a acusação de tráfico e falsificação. Criou-se um mal estar entre os oficiais de patente superior. O Movimento Agrário do Paraguai exigiu que Lugo se definisse pelos camponeses sem-terra ou pelas armas da Polícia. Embora se tratasse de uma reclamação quixotesca, evidenciou a responsabilidade do Presidente pela violência policial no cumprimento do mandado de reintegração de posse da área ocupada em favor do latifundiário.

Nesta instável posição governamental, os parlamentares retiraram da gaveta o impeachment. A rapidez com que se agiu serviu para o Congresso mostrar à população que Lugo já não governava e também para amortecer o impacto das mortes.

Os governos brasileiro e chileno questionaram o impeachment sob o argumento de que não foi dado a Lugo o direito de defesa. Os governos da Argentina, Venezuela, Equador e Bolívia caracterizaram como golpe. A sombra da destituição do Presidente de Honduras, Manuel Zelaya, em junho de 2009, se projetou sobre o Paraguai e de lá sobre os países do Mercosul, da Unasul e da OEA. Não houve como dizer que não ocorreu um golpe contra o presidente eleito do Paraguai. No caso de Honduras, os Estados Unidos disciplinaram a rebeldia do Brasil e aliados em favor de Zelaya. Agora, Lugo decidiu constituir um governo paralelo e esperar que o Brasil lidere um movimento pela sua recondução. Os explorados paraguaios não devem permitir nenhuma intervenção externa e tomar o problema em suas mãos.

Como se vê, o Presidente destituído não convocou a população a se rebelar contra os golpistas. Uma novela

do tipo Honduras é a mais provável. O primeiro capítulo se apresenta com Lugo recorrendo à Suprema Corte para que anulasse o impeachment. Mas os juízes não fizeram senão confirmar a constitucionalidade arguida pelo Parlamento golpista. A Igreja já deu sua benção a Federico Franco. Na reunião do Mercosul não poderá participar o novo presidente. A cláusula que exige o respeito à democracia foi violada. Segundo a caracterização de seus membros, devido ao impeachment sumário e não porque somente o povo que elegeu Lugo pode destituí-lo.

A violência desfechada contra os camponeses resultou do direito burguês de defesa da propriedade privada. Essa mesma propriedade constitui a base do ordenamento político e ideológico da democracia. O golpe institucional, que não necessitou desta vez do concurso das Forças Armadas, está a serviço da oligarquia latifundiária. O papel dos governos que juram ser democráticos, portanto, será o de encontrar uma saída que mantenha a condenação do movimento camponês e a proteção dos grandes proprietários, incluindo os capitalistas brasileiros que sugam riquezas do País vizinho. Não há dúvida que devemos denunciar o golpe, mas também responsabilizar o governo Lugo pelo sangue dos pobres derramado no departamento de Canindeyú.

A tarefa que se coloca para o movimento revolucio-

nário no Paraguai é o de rechaçar qualquer que seja o governo burguês. Não há outra saída senão se organizar em torno da luta por um governo operário e camponês, que resulte da derrubada da burguesia do poder do Estado. Não desconhecemos que não há um partido marxista-leninista-trotskyista que possa ocupar o lugar de direção no seio das massas exploradas. O que impossibilita desenvolver a estratégia do governo operário e camponês. Não obstante, essa é a tarefa.

A ausência da direção revolucionária será superada com a vanguarda reconhecendo a estratégia do proletariado frente à crise da burguesia e trabalhando para que esse objetivo seja alcançado. O destacamento consciente não deve se envolver com a disputa interburguesa sobre a violação da democracia. Ao contrário, deve-se colocar em primeiro plano o assassinato dos camponeses, a exigência da punição aos crimes da burguesia e a expropriação dos latifúndios pela ação dos pobres do campo, em aliança com a classe operária.

A classe operária e os camponeses da América Latina têm o dever de denunciar as manobras de seus governos que vomitam a democracia exercendo a ditadura de classe dos exploradores sobre a maioria explorada. Levantamos a bandeira de constituição de um Tribunal Popular para investigar e punir os crimes dos opressores contra os camponeses.

Resolução sobre o Paraguai

1. O fundamental da crise política no Paraguai, que levou à destituição do Presidente da República, Fernando Lugo, está na violência reacionária do Estado burguês contra os camponeses que ocupavam a fazenda do latifundiário e ex-senador Blas N. Riquelme. A ordem para a Polícia Nacional de usar a força contra os sem-terra partiu do ministro do Interior. A ação que contou com cerca de 300 homens demonstrou que foi planejada como uma operação de guerra. As autoridades contabilizaram 11 trabalhadores mortos e uma centena de feridos. Corpos foram encontrados na mata, o que indicou fuzilamento. Do lado da repressão, 6 policiais tombaram. O movimento camponês põe em dúvida tamanha capacidade de resistência. O governo acusa o Exército do Povo Paraguaio (EPP). No entanto, há suspeita de que houve um complô no interior do aparato de repressão. Essa dúvida não deve ocultar o essencial. A resistência armada dos pobres do campo contra a minoria opressora é parte da luta de classes e deve ser defendida como um direito. As autoridades paraguayas e a imprensa controlada pela oligarquia fizeram campanha em torno das mortes dos policiais. Esconderam a identidade dos camponeses brutalmente assassinados. Mentiram quanto à capacidade de armamento dos sem-terra. Procuraram, assim, obscurecer a responsabilidade do Estado e da oligarquia dominante pelo massacre

no Departamento de Canindeyú. Em nome da classe operária e dos camponeses da América Latina, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional denuncia a burguesia paraguaia, o governo Lugo, os partidos que compõem a ordem política do País, os meios de comunicação e todos aqueles que se calam diante da barbárie desfechada contra os pobres do campo. O Comitê de Enlace defende que se constitua um Tribunal Popular saído do seio dos explorados para apurar o ocorrido no departamento de Canandyu e punir os crimes da burguesia contra os pobres do campo.

2. O golpe de Estado desencadeado pelo Congresso Nacional que derrubou Fernando Lugo se deveu não ao fato deste ser defensor dos camponeses contra os latifundiários e multinacionais, mas sim porque mostrou ser um boneco imprestável para os interesses do capital. As massas empobrecidas o levaram ao poder por meio das eleições, acreditando conseguir por essa via solucionar suas aspirações e resolver os problemas imediatos da fome. A frente Ampla que o apoiou (Aliança Patriótica para Mudança), da qual participava o Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), convenceu os camponeses de que a sua vitória eleitoral abriria as portas para a reforma agrária. Um dos maiores obstáculos para se realizar a desconcentração da propriedade fundiária e possibi-

litar o acesso à terra pelos pobres do campo se encontrava no velho Partido Colorado. Derrotá-lo seria um passo para um novo governo progressista começar as transformações econômicas e sociais do Paraguai. Mas a demagogia reformista pequeno-burguesa não resistiu às reais forças sociais em confronto. Lugo e sua Aliança Patriótica para Mudança logo se adaptaram ao domínio dos colorados, ou seja, da oligarquia fundiária e do imperialismo norte-americano, bem como dos interesses da burguesia brasileira. Os exploradores internos e saqueadores externos não podem acusar o padre da Teologia da Libertação que virou Presidente de provocar qualquer ruptura com a ordem. Fernando Lugo se submeteu à grande propriedade, à agroindústria, aos agroexportadores e às multinacionais. Três posições destacaram o servilismo do governo que se pretendia reformista: abertura das fronteiras nacionais para maior penetração do capital multinacional, facilitação para a presença militar dos Estados Unidos no País e atendimento das exigências do governo brasileiro de se manterem os acordos contraídos na época da ditadura de Stroessner (Itaipu) e garantias aos brasiguaios. A negativa do Senado em permitir que a Venezuela ingressasse no Mercosul, contra a vontade de todos os demais membros, indicou o quanto a Casa Branca maneja o real poder do Estado no Paraguai. O apoio do governo Lugo à causa dos colonizadores estrangeiros (brasiguaios) contra os camponeses que ocuparam as terras do sojeiro Tranquilo Favero, no conflito de Ñacunday, pôs definitivamente fim à retórica sobre a reforma agrária. Lugo deixou claro à Liga Nacional de Carpeiros que acima do movimento sem-terra estavam a lei e a Justiça, criadas pela oligarquia ao longo da história do Paraguai. De nada adiantou a Comissão da Verdade e da Justiça expor em seu relatório sobre os direitos humanos que a ditadura do general Stroessner facultou legalizar 6,75 milhões hectares em favor de grileiros e que, nos 15 anos posteriores à sua queda em 1989, 1 milhão teve o mesmo destino. Dada a gigantesca concentração fundiária e o avanço da agroindústria, a luta de classes no campo se ampliou e se agudizou. A direita, encabeçada pelo partido Colorado, acusou o governo Lugo de ser incapaz de conter as ocupações de terras. Responsabilizou-o pela inépcia em esmagar o Exército do Povo Paraguaio e em acabar com a influência das FARC colombianas na região norte do País. O partido Liberal, base de sustentação do governo, por sua vez, seguiu a mesma linha. Lugo já não governava. O seu vice, Federico Franco, conspirava com os Colorados. O ataque policial aos camponeses no Departamento de



Canindeyú e o resultado sangrento serviram como últimas justificativas para efetuar o golpe de Estado.

3. O impeachment assombrou os governos do Mercosul e Unasul. A operação cirúrgica do Congresso Nacional foi questionada. Lugo poderia ser destituído pelo Parlamento, mas tinha de ser permitido o direito de defesa. O golpe foi preparado dentro da legalidade, segundo a Constituição. O Presidente eleito não responde àqueles que o elegeram. O povo que o colocou na Presidência pelo voto não é quem tem o poder destituí-lo. O poder de destituição está nas mãos do Congresso Nacional. De acordo com esse preceito constitucional, ter ou não ter o direito de se defender não passa de uma formalidade jurídica. Na democracia burguesa, não há soberania popular. Não é real o preceito democrático de que o poder emana do povo. A máscara legalista que serviu ao golpe anulou o democratismo dos governos ditos de esquerda, popular ou progressista, que não fizeram senão reclamar da rapidez do processo de cassação e da impossibilidade de defesa do Presidente. Os governos da Venezuela, Bolívia, Equador e Argentina caracterizaram como golpe de Estado. Os governos brasileiro e chileno foram mais cautelosos. Por meio da OEA, os Estados Unidos agiram em defesa da constitucionalidade em que se amparou o impeachment. O México, Colômbia e o Peru, alinhados aos Estados Unidos, reconheceram o novo governo de Federico Franco. A movimentação demagógica do Mercosul e Unasul em torno de cláusulas democráticas não resiste às tendências ditatoriais das burguesias semicoloniais, submetidas até a alma ao imperialismo. A garantia do golpe contra o governo de Manuel Zelaya, em junho de 2009, em Honduras, dada pelos Estados Unidos, mostrou a impotência democrática dos governos de “esquerda”, que tiveram finalmente de abaixar a cabeça. É o que

4 Internacional

está se repetindo agora no caso do Paraguai. Não há acontecimento político de importância em que não esteja presente o imperialismo. Para se questionar verdadeiramente o golpe, é necessário rechaçar a intervenção norte-americana. É o que se verificou em Honduras e é o que se verifica no Paraguai. Em maior ou menor grau, os governos latino-americanos que criticaram ou que rechaçaram a medida golpista do Congresso Nacional estão subordinados, atados ou condicionados ao imperialismo. Não lhes é desconhecido que o golpe se assenta não apenas nas pressões exercidas pela oligarquia paraguaia mas também nas das multinacionais, como Monsanto, Cargill, Rio Tinto, etc. Obrigatoriamente, uma posição contrária ao golpismo oligárquico começa por criar um movimento antiimperialista. Há um vínculo indissolúvel entre a debilidade das burguesias nacionais das semicolônias, a instabilidade da democracia burguesa e a pesada intervenção do imperialismo, tendo à frente os Estados Unidos. Estão em choque com as tarefas democráticas não solucionadas, como a reforma agrária, e com as necessidades fundamentais da maioria nacional oprimida. Os governos democratizantes e pretensamente reformistas se deparam com a reação oligárquica e com os interesses do capital imperialista. O governo Lugo e sua Frente Ampla inevitavelmente se decompueram. Não foram capazes de cumprir a promessa de reforma agrária e de soberania do Paraguai. A violência desfechada contra os sem-terra em Canindeyú demonstrou o precipício que separava o governo dos explorados. Lugo aceitou a sua destituição sem a menor resistência. Recorreu à Suprema Corte. Esta considerou o golpe como constitucional. A Igreja abençoou o golpista Federico Franco. Assim se legitimou internamente o impeachment e externamente serviu de defesa diante das críticas dos aliados de Lugo. As massas não saíram às ruas em defesa do Presidente. Não poderiam identificá-lo como seu governo. De fato, não o era, nunca foi. Serviram-lhe tão somente de instrumento para formar um governo burguês com pretensões reformistas. Está aí por que o presidente deposto foi à justiça burguesa e rechaçou a possibilidade das massas saírem às ruas contra o Congresso Nacional, a oligarquia e o imperialismo. Federico Franco usou o mesmo argumento, de se evitar uma “guerra civil”, para justificar a cassação de Lugo sem necessidade do direito à defesa. Lugo e Franco ocuparam a mesma posição na crise política frente à população paraguaia – evitar a intervenção das massas e a convulsão social.

4. É necessário extrair dos acontecimentos que resultaram no massacre dos camponeses de Canindeyú e o golpe de Estado as lições e conclusões fundamentais. A começar pela necessidade dos oprimidos do campo superarem as ilusões democráticas na possibilidade de um governo reformista solucionar o seu choque com os latifun-

diários e a agroindústria. Enquanto estiverem sob a direção pequeno burguesa, que lhes oferece o paraíso no seio do capitalismo, não poderão desenvolver a luta de classes no campo e derrotar os seus escravizadores. No entanto, essa tarefa política não poderá ser assimilada e posta em prática pelos pobres do campo sem que o programa do proletariado de expropriação revolucionária da grande propriedade privada dos meios de produção penetre no movimento camponês. A aliança operária e camponesa é a condição para a maioria nacional oprimida se levantar com uma força indestrutível. O fato dos sem-terra de Canindeyú suportarem isoladamente todo o peso da máquina burguesa deve levar à conclusão de que nenhum setor isoladamente imporá suas aspirações à burguesia sanguínea, principalmente arrancar-lhe as terras. Por mais que a burguesia e o imperialismo no Paraguai pretendam mostrar que a ditadura do general Alfredo Stroessner ficou para trás, e por mais que os governos latino-americanos critiquem o golpe palaciano, a democracia sempre será um poder da oligarquia. A luta pela terra não tem como ser separada da luta revolucionária pelo poder. O massacre de Canindeyú mostra que os exploradores não aceitarão que os camponeses avancem um só milímetro sobre a sua sagrada propriedade. Qualquer que seja o governo, mais ou menos democrático, atacará fisicamente os trabalhadores que ousarem ocupar uma das propriedades. A posição de que sob um governo “progressista”, “popular” e “democrático” torna-se possível ocupar terras e que este sob pressão executará a reforma agrária é um sonho irresponsável e reacionário. A luta pela terra para se impor deve estar sob a estratégia da conquista do governo operário e camponês. A aliança dos pobres do campo com os trabalhadores urbanos permitirá a derrubada da burguesia do poder e expulsar o imperialismo do País e constituir a ditadura revolucionária do proletariado. Somente a democracia da classe operária dará plena liberdade para os camponeses ir até as últimas consequências na sua aspiração de acesso à terra. O poder do Estado operário estará inteiramente a serviço da nacionalização das terras. A expropriação das multinacionais e da agroindústria abrirá caminho para iniciar o processo de constituição da propriedade coletiva e desenvolvimento das forças produtivas socialistas. O Comitê de Enlace reconhece que o grande obstáculo que se interpõe entre as massas e o programa proletário é a ausência de um partido marxista-leninista-trotskista no Paraguai. Há que superá-lo partindo da trágica experiência em Canandyu, recuperando a contundente luta de classes e nacionais na história do País e apoiando-se nas ricas conquistas do movimento mundial do proletariado. O Comitê de Enlace convoca os explorados de todas as latitudes a dar um viva aos mártires de Canandyu, exigir a punição dos assassinos e a apoiar o combate dos camponeses pela expropriação e nacionalização das terras.